

***Associação Vale para o
Desenvolvimento
Sustentável.***

*Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2016 e Relatório dos
Auditores Independentes*

Premiumbravo Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros da
Associação Vale Para o Desenvolvimento Sustentável
Nova Lima - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento técnico CPC PME contabilidade para pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017.



PREMIUMBRAVO
Auditores Independentes
CRC- RJ 004216/8



LUIS AURÊNIO BARRETTO
Contador
CRC-RJ 076875/0

ASSOCIAÇÃO VALE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.593	2.052
Recursos repassados	5	742	5.285
Total		<u>2.335</u>	<u>7.337</u>
NÃO CIRCULANTE - Intangível (Softwares)			
		<u>39</u>	<u>89</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.374</u></u>	<u><u>7.426</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE:			
Recursos de projetos	6	764	2.404
Outros		1	1
Total		<u>765</u>	<u>2.405</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Superávit acumulado	7	1.609	5.021
Total		<u>1.609</u>	<u>5.021</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.374</u></u>	<u><u>7.426</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO VALE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2016	2015
<u>OPERAÇÕES CONTINUADAS</u>			
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receitas de doações para projetos	8	8.401	19.001
Recursos aplicados em projetos	8	<u>(12.378)</u>	<u>(19.001)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) BRUTO		(3.977)	-
RECEITAS (DESPESAS)			
Doações para custeio do administrativo		550	519
Gerais e administrativas	9	(518)	(1.196)
Outras receitas		4	1
Total		<u>36</u>	<u>(676)</u>
DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(3.941)</u>	<u>(676)</u>
Receita financeira		531	866
Despesa financeira		<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
		<u>529</u>	<u>864</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>(3.412)</u>	<u>188</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO VALE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Superávit (déficit) acumulado	Total do patrimônio líquido	Resultado abrangente
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2015	4.833	4.833	
Superávit do exercício	188	188	<u>188</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	5.021	5.021	
Superávit do exercício	(3.412)	(3.412)	<u>(3.412)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>1.609</u>	<u>1.609</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO VALE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(3.412)	188
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa das operações		
Amortização	50	50
Diminuições (aumentos) nos ativos		
Recursos repassados	4.543	695
Outros ativos circulantes		
Aumentos (diminuições) nos passivos		
Recursos de projetos	(1.640)	(13.616)
Fornecedores		(512)
Outros passivos		(16)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(459)</u>	<u>(13.211)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u> </u>	<u> </u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u> </u>	<u> </u>
DIMINUIÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(459)	(13.211)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>2.052</u>	<u>15.263</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>1.593</u>	<u>2.052</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO VALE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em reais mil)

1. OBJETIVOS SOCIAIS

A Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (“Associação”), conhecida como Fundo Vale, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, constituída em 30 de junho de 2009, para promover o desenvolvimento sustentável ao induzir, conectar ou multiplicar soluções transformadoras para as sociedades, mercados e meio ambiente.

Mantém-se por meio de doações espontâneas e outras, efetuadas por seus Associados Mantenedores, em dinheiro ou comodato de bens móveis e imóveis, com o intuito de garantir a execução dos objetivos que a Associação Vale pretende alcançar. Possui título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), concedido pelo Ministério da Justiça.

Para atender a sua missão, apoia financeiramente ou com serviços, as seguintes atividades:

- ✓ Monitoramento, conservação ambiental e apoio à criação de novas áreas de conservação em biomas relevantes para a sustentabilidade.
- ✓ Manutenção e consolidação de unidades de conservação, parques botânicos, zoo-botânicos e viveiros bem como patrimônio neles existentes, incluindo, benfeitorias atuais e futuras, apoiando a criação, aprimoramento e execução dos respectivos planos de uso e manejo.
- ✓ Desenvolvimento e apoio à implantação e execução de projetos de recuperação de áreas degradadas, de sistemas agroflorestais e de arborização urbana, em áreas públicas e privadas, e atividades ligadas à produção e plantação de mudas.
- ✓ Desenvolvimento de estudos visando a estimular a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações.
- ✓ Apoio ou desenvolvimento de estudos de impacto ambiental decorrentes das atividades comerciais e industriais, de modo a prevenir a degradação ambiental, em todas as duas manifestações, assegurando a mais ampla participação da sociedade civil.
- ✓ Apoio à criação de novas formas de governança e gestão pública e privada, voltadas ao desenvolvimento sustentável.
- ✓ Apoio a criação de uma infraestrutura física e institucional que possibilite compatibilizar o crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável no Brasil e em países em desenvolvimento.
- ✓ Estímulo a parceria, ao diálogo local e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem a interesses comuns.
- ✓ Contratação de pessoas e serviços, podendo firmar convênios, acordos, contratos, termos de cooperação, troca de informações, adesões, realizar ou apoiar projetos, programas, pesquisas e parcerias de qualquer natureza com organismos ou entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais.
- ✓ Comercialização de produtos e serviços ligados aos seus objetivos institucionais, visando sua auto sustentabilidade, observando o disposto no artigo 3 do Estatuto; e

- ✓ Desenvolvimento de quaisquer outras atividades lícitas que se coadunem com a sua missão institucional.

Por ser sem fins lucrativos, a Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável é imune de imposto de renda e contribuição social, conforme disposto na Constituição Federal Brasileira.

A carga tributária total, se devida fosse, nos exercícios de 2016 e 2015 totalizaria R\$0 e R\$64, respectivamente.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs (Pequenas e Médias Empresas), adaptadas aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis às entidades e/ou fundações sem fins lucrativos (ITG 2000 – Entidade sem fins lucrativos) emitidos pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses.

2.3. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.4. Tributos a pagar

Referem-se, substancialmente, a impostos e contribuições retidos sobre a prestação de serviços de terceiros.

2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para a liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.6. Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.7. Superávit (déficit) acumulado

O Superávit (déficit) acumulado é formado pelo excesso das receitas sobre as despesas desde a criação da Associação.

2.8. Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida dos mantenedores/financiadores, a Vale S.A. e Mitsui S.A., cujas receitas de doações foram aplicadas exclusivamente em apoio a projetos, e a Cia Portuária Baía de Sepetiba e a Salobo Metais S.A., cujos valores foram utilizados para o custeio administrativo, no curso normal das atividades da Associação Vale.

A Associação reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Associação, conforme descrição a seguir.

(a) Mensalidades de doações

As receitas de doações representam os créditos oriundos dos mantenedores/financiadores decorrentes dos projetos realizados pela Associação. As doações são reconhecidas como receitas, a medida que os custos dos projetos são incorridos através da prestação de contas dos parceiros-executores.

As receitas de doações para custeio do administrativo representam os créditos oriundos dos mantenedores/financiadores para pagamento de despesas administrativas.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

2.9. Apuração das despesas

As despesas são registradas pelo regime de competência.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Considerando a natureza e a complexidade das operações da Associação, na opinião da administração, as estimativas contábeis e julgamentos feitos no curso da preparação dessas demonstrações contábeis não são difíceis, subjetivas ou complexas em um grau que requeresse sua descrição como crítica.

4. DISPONIBILIDADES

São representadas por numerário em caixa e bancos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações financeiras	1.341	1.694
Bancos	<u>252</u>	<u>357</u>
Total	<u><u>1.593</u></u>	<u><u>2.052</u></u>

O saldo de aplicações financeiras é referente a Debêntures emitidas pelo Banco Bradesco S.A., que são remuneradas entre 98,5% e 100,25% da taxa DI, e aplicações em CDB, que são remuneradas por 95% da taxa DI. O valor contábil dessas aplicações se aproximam ao seu valor de mercado.

5. RECURSOS REPASSADOS

São recursos financeiros do fundo de apoio a projetos, repassados aos parceiros-executores, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável.

Os valores repassados para aplicação em projetos são registrados no ativo. Quando as organizações responsáveis pelos projetos prestam contas da destinação dos recursos, são efetuados os lançamentos de baixa do ativo em contrapartida da conta “Recursos aplicados em projetos” no resultado do exercício.

Os exercícios de 2016 e 2015 apresentam saldos de recursos repassados com prestações de contas pendentes de aprovação para as seguintes organizações:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Centro de Estudos Avan. de Prom. Social e Ambiental	71	255
Forest Trends Association		33
Instituto Sócio Ambiental		1.213
Instituto Centro de Vida	6	307
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável	24	106
Instituto Floresta Tropical	8	39
Equipe de Conservação da Amazônia	62	528
Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia		
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	381	911
Instituto Internacional de Educação do Brasil	167	1.161
Instituto Pesquisa Ecológica		
Instituto Manejo Certificação Florestal e Agrícola		342
Fundação Vitória Amazônia		69
Oficina Escola de Lutheria Amazônia	23	116
Conservação Estratégica		162
Articulação Regional Amazônica		43
Total	<u>742</u>	<u>5.285</u>

Projetos atuais

Desde a sua criação, a Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável organiza o apoio a projetos em três programas:

- ✓ **Monitoramento estratégico** - Busca potencializar iniciativas de monitoramento e políticas de intervenção, com base na geração e uso de informação estratégica para a conservação dos recursos naturais, a redução da sua degradação e o desenvolvimento sustentável das populações locais.
- ✓ **Áreas protegidas e biodiversidade** – Visa promover a gestão integrada das áreas protegidas, em conexão e sinergia com as estratégias de desenvolvimento local, regional e nacional, de forma a demonstrar a sua contribuição para os territórios e garantir a sustentabilidade destas áreas e de seus povos.
- ✓ **Municípios verdes** – Apoia uma nova agenda de desenvolvimento sustentável dos municípios, com engajamento dos atores locais, conciliando gestão ambiental efetiva e economia local de base sustentável.

Temas e áreas de atuação

O Fundo Vale foi criado para atuar em biomas críticos e focou sua atuação na Amazônia desde 2009, quando foi criado. Suas atividades, em 2016, abrangeram o apoio a 25 projetos (13 em fase de encerramento), distribuídos em sete Estados, a saber: Pará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amapá e Maranhão. Seu modelo de atuação busca conectar atores e ações para a transformação sustentável do território, numa visão de desenvolvimento integrado.

Os projetos apoiados no ano tiveram como foco o estímulo a cadeias produtivas sustentáveis de base florestal, que valorizam a floresta em pé e a baixa emissão de carbono, e resultam na melhoria da geração de renda das populações locais e na conservação dos recursos naturais do bioma. Nesses projetos, buscou apoiar temas que favoreçam a um ambiente de negócios sustentáveis, como governança local, políticas públicas, fortalecimento do capital humano e ordenamento territorial, entre outros.

Carteira de projetos em 2016

	Nome do Projeto	Organização	Escopo	Localização
1	Fortalecimento de Povos e Comunidades Tradicionais em Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade	Ecam – Equipe de Conservação da Amazônia	Consolidar estratégia de desenvolvimento Econômico Sustentável de povos e comunidades tradicionais a partir dos produtos da Sociobiodiversidade no em Rondônia.	TIs Sete de Setembro, Zoró, Iguapé Lourdes, Roosevelt, Serra Morena, Aripuanã, Parque do Aripuanã. Uru-Eu-Wau-Wau, Karipuna, Igarapé Ribeirão, Pacaas Novas, Negro Guaia, Sagarenha, Rio Guaporé, Rio Cautário, Rio Branco e Massaco (RO/ MT).
2	Fortalecimento da Gestão Socioambiental em Rondônia	Ecam – Equipe de Conservação da Amazônia	Fomento a um programa de municípios sustentáveis; fortalecimento da gestão municipal; apoio ao fortalecimento indígena.	Municípios de Porto Velho e Cacoal, além do Corredor Tupi-Mondé (RO).
3	Promovendo alternativas econômicas e capacidade para conservação e desenvolvimento na Amazônia	Forest Trends	Estruturação e apoio a políticas públicas em PSA; formação indígenas em PSA; apoio ao fortalecimento indígena (Corredor Tupi-Mondé).	Estado do Acre e municípios do Corredor Tupi-Mondé (MT/RO)
4	Modelos alternativos para os negócios dos produtos da sociobiodiversidade amazônica	FVA – Fundação Vitória Amazônica	Construção de modelos alternativos de gestão de empreendimentos comunitários para a sustentabilidade dos produtos da sociobiodiversidade amazônica.	Baixo Rio Negro, Região Metropolitana de Manaus (AM) e Calha Norte Paraense (PA).

	Nome do Projeto	Organização	Escopo	Localização
5	Gente para Conservação e Conservação para Gente - Formando lideranças para o futuro do baixo Rio Negro	FVA – Fundação Vitória Amazônica	Formação de lideranças; fortalecimento dos atores que interagem nas Ucs do Rio Negro; desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis (castanha); fortalecimento dos municípios da região metropolitana de Manaus.	Municípios do Baixo Rio Negro e da Região Metropolitana de Manaus (AM).
6	Produção de Cadeias Produtivas Sustentáveis Locais do Protocolo Comunitário do Bailique (AP)	GTA – Grupo de Trabalho Amazônico / OELA	Consolidar cadeias produtivas locais, mapeadas no protocolo, e fortalecer associação de comunidades para a produção.	Arquipélago do Bailique (AP)
7	Protocolo Comunitário do Amapá	GTA – Grupo de Trabalho Amazônico / OELA	Construção do primeiro protocolo comunitário participativo para definição de critérios para o uso sustentável da biodiversidade no Arquipélago do Bailique.	Arquipélago do Bailique (AP)
8	Produção familiar sustentável na Amazônia Mato-grossense	ICV – Instituto Centro de Vida	Consolidar empreendimentos sustentáveis para a agricultura familiar no município.	Municípios de Cotriguaçu, Colniza, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Paranaíta, Apicás e Alta Floresta (MT).
9	Noroeste do Mato Grosso	ICV – Instituto Centro de Vida	Fortalecimento da gestão municipal em Cotriguaçu e municípios do entorno, apoio ao Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis e à implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).	Municípios de Cotriguaçu, Colniza, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Paranaíta, Apicás e Alta Floresta (MT).
10	Semeando a Sustentabilidade em Apuí II	Idesam - Idesam - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas	Fomento à pecuária leiteira sustentável; criação de fundo para agropecuária sustentável; assistência técnica; cadeia produtiva agroflorestal.	Município de Apuí (AM)

	Nome do Projeto	Organização	Escopo	Localização
11	Cadeias de produção agroflorestal e silvipastoril no Sul do Amazonas	Idesam - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas	Preparar atores e organizações para estruturação de cadeias produtivas para atrair novos produtores, investimentos e consumidores (pecuária silvipastoril, sistemas agroflorestais e restauração florestal).	Município de Apuí (AM)
12	Apoio ao fortalecimento das cadeias de valor sustentáveis no sul do Amazonas	IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil	Construir uma estratégia de cooperação técnica e organizacional com instituições do sul do Amazonas voltada para o fortalecimento das cadeias de valor sustentáveis na região	Municípios de Boca do Acre, Lábrea e Manicoré (AM)
13	Articulação de Atores e Redes para o Fortalecimento de Cadeias de Valor Sustentável (PA e AP)	IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil	Articular atores sociais para fortalecimento de um ambiente institucional favorável à consolidação de cadeias de valor sustentáveis no Pará e Amapá.	Municípios de Santarém, Belterra, Porto de Moz, São Félix do Xingu, Novo Progresso, Almeirim e Portel (PA); e Mazagão, Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Itaubal (AP).
14	Fortalecimento da Governança Socioambiental do Pará e Amapá	IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil	Fortalecimento da governança florestal em municípios da BR-163; formação para o manejo florestal comunitário; incidência em políticas públicas no tema de manejo florestal.	Municípios de Santarém, Belterra, Porto de Moz, São Félix do Xingu, Novo Progresso, Almeirim e Portel (PA); e Mazagão, Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Itaubal (AP).
15	Ordenamento Territorial no Sul do Amazonas	IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil	Ordenamento territorial em áreas de várzea e em unidades de conservação; fortalecimento de espaços de governança.	Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Humaitá, Canutama e Manicoré (AM)

16	Florestas Comunitárias	IFT – Instituto Floresta Tropical	Estabelecer modelos de gestão comunitária para o uso e comercialização de produtos florestais visando a conservação ambiental, geração de trabalho e renda e o desenvolvimento local.	Municípios de Lábrea (AM); Porto de Moz (PA); Breves (PA)
17	Apoio ao Desenvolvimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar em Florestas Públicas da Amazônia	IFT – Instituto Floresta Tropical	Fomento ao uso econômico sustentável das florestas (Resex Verde para Sempre, PA); modelos de manejo florestal; assistência técnica	Municípios de Lábrea (AM); Porto de Moz (PA); Breves (PA)
18	Florestas de Valor® – Novos Modelos de Negócio para a Amazônia	Imaflora – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola	Consolidar a iniciativa Origens Brasil® no Território do Xingu.	Municípios de Altamira, São Felix do Xingu, Tucumã, Ourilândia (PA).
19	Fortalecimento de cadeias produtivas e mercados sustentáveis no Corredor Xingu	Imaflora – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola	Estruturação de cadeia produtiva (cesta de produtos); criação de selo; rastreabilidade da produção.	Municípios de Altamira, São Felix do Xingu, Tucumã, Ourilândia (PA).
20	Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade no Xingu	ISA – Instituto Socioambiental	Fortalecimento de arranjos institucionais e produtivos (agro) extrativistas de cadeias de valor da sociobiodiversidade, experimentando soluções que aliem a produção e a conservação socioambiental na região do Xingu.	Municípios de Canarana (MT), Altamira e São Felix do Xingu (PA).
21	Desenvolvimento Territorial Integrado em Unidades de Conservação da Amazônia	ISA – Instituto Socioambiental	Cadeias produtivas florestais em Resex; fortalecimento da gestão municipal; formação de lideranças.	Municípios de Altamira e São Felix do Xingu (PA).

22	Diálogo intercultural e gestão territorial no Xingu.	ISA – Instituto Socioambiental	Formação de lideranças indígenas; rede de sementes; fortalecimento da gestão municipal.	Município de Canarana e entorno, e Parque Indígena do Xingu (MT).
23	Centro Floresta Ativa no apoio a cadeias produtivas da Sociobiodiversidade (PA)	Projeto Saúde e Alegria	Aprofundar ações demonstrativas iniciadas no apoio à agricultura familiar, manejo florestal, recuperação de áreas degradadas, implantação de quintais agroflorestais e roçados agroecológicos, além de estruturação das cadeias produtivas florestais.	Resex Tapajós-Arapiuns; Flona do Tapajós, municípios de Santarém e Aveiro (PA).
24	Desenvolvimento Territorial Integrado em Unidades de Conservação da Amazônia	Projeto Saúde e Alegria	Apoio ao desenvolvimento territorial integrado (Resex Tapajós-Arapiuns – PA); desenvolvimento de novas tecnologias para o uso sustentável dos recursos naturais; formação de lideranças; agroecologia.	Resex Tapajós-Arapiuns; Flona do Tapajós, municípios de Santarém e Aveiro (PA).
25	Apoio na construção e consolidação de cadeias produtivas sustentáveis da pesca artesanal na costa da Amazônia brasileira	UNESCO	Estruturação da cadeia de valor da pesca artesanal na Costa Amazônica, conciliando a gestão sustentável dos recursos pesqueiros e a melhoria das condições de vida das populações tradicionais.	Costa dos estados do Amapá, Pará e Maranhão.

6. RECURSOS DE PROJETOS

Esta rubrica representa recursos oriundos de seus Mantenedores e Financiadores para garantir a execução dos projetos de preservação e conservação do meio ambiente, mantidos pelos parceiros da Associação. À medida que os parceiros-executores prestam contas dos recursos repassados e aplicados nos projetos (aprovados pela Associação), esses recursos são contabilizados na rubrica “Receita de doações”, no resultado do exercício.

	2016	2015
<u>Mantenedores</u>		
Vale S.A.	364	2.404
Total	<u>364</u>	<u>2.404</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Financiadores</u>		
MITSUI S.A	400	
Total	<u>400</u>	

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Associação é constituído pelo superávit acumulado oriundo do excesso de receitas sobre as despesas de suas atividades sociais desde a sua constituição até a presente data. É investido de acordo com os objetivos estatutários e com planos que tenham em vista a garantia real dos investimentos e a manutenção do seu poder aquisitivo.

8. RECEITAS DE DOAÇÕES PARA PROJETOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas operacionais – doações para projetos	<u>8.401</u>	<u>19.001</u>

A seguir, a composição dos recursos aplicados por parceiros:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Equipe de Conservação da Amazônia - ECAM	1.073	1.147
Instituto Centro de Vida - ICV	1.084	2.553
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável - IDESAM	473	986
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA	955	628
Instituto Floresta Tropical - IFT	606	994
Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB	2.470	3.623
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO	1.595	1.182
Fundação Vitória Amazônica – FVA	306	626
Instituto Pesquisa Ecológicas - IPE		626
Instituto Socioambiental - ISA	2.260	3.921
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia		308
Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas		
Articulação Regional Amazônica		253
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS	707	1.039
Oficina Escola de Lutheria Amazônica - OELA	564	354
Forest Triends Association – FT	33	660
Conservação Estratégica – CSF	252	101
Total	<u>12.378</u>	<u>19.001</u>

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são compostas por gastos necessários à Administração da Associação. Durante os exercícios de 2016 e 2015, estas despesas foram compostas, em grande parte, por prestadores de serviços pessoas jurídicas e evento de parceiros:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços prestados – pessoa jurídica	65	872
Viagens e representações	115	
Promoção e Divulgação/Eventos	91	
Tributos e contribuições	82	171
Outros	165	153
Total	<u>518</u>	<u>1.196</u>

10. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os integrantes do Conselho Gestor, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva não são remunerados pela Associação.
